

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE EM MACAPÁ-AP: UMA ANÁLISE DA FEIRA POPULAR RAMPA DO AÇAÍ

The field-city relationship in Macapá-AP: an analysis of the Açaí Ramp Popular Fair

Roni Mayer Lomba*
Geemy Araújo Lopes**
Maria Francineia da Silva Ribeiro***

***Universidade Federal do Amapá - UNIFAP / Macapá, Amapá**
ronimayer@hotmail.com / roni@unifap.br / ronilomba@gmail.com

****Universidade Federal do Amapá - UNIFAP / Macapá, Amapá**
geemyaraujo@hotmail.com

*****Universidade Federal do Amapá - UNIFAP / Macapá, Amapá**
geemyaraujo@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa a relação entre o campo e a cidade, a partir de um estudo realizado na feira popular da Rampa do Açaí, Bairro Santa Inês, em Macapá-AP. O local de estudo se configura em um espaço que interliga duas realidades distintas e, ao mesmo tempo, intrínsecas. As pesquisas foram realizadas por meio de entrevistas qualitativas, registros fotográficos, discussões teóricas que serviram de suporte para a análise do problema, verificando-se uma relação de comunicação e trocas diárias entre as áreas próximas à cidade, com destaque as ilhas do Pará que, por sua vez, dinamizam a comercialização de produtos e mercadorias, apontando assim sua importância nos fluxos de abastecimento local. Os resultados da pesquisa mostram uma intensa incorporação de hábitos e costumes, assimilados tanto pelos camponeses extrativistas/ribeirinhos que comercializam suas mercadorias na feira do porto/orla, embebidos pela modernidade urbana, quanto pela população da cidade, que, por meio da feira, reproduz a relação tradicional e o contato direto com o campo a partir da aquisição de produtos *in natura*, como peixes, açaí e outros produtos, conservando, assim, práticas comerciais comuns em tempos passados.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Modos de vida. Amazônia.

ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between the countryside and the city, based on a study carried out at the popular Açaí Ramp Fair, Santa Inês Quarter, in Macapá-AP. The place of study is a space that interconnects two distinct and intrinsic realities. The surveys were carried out through qualitative interviews, photographic records, theoretical discussions that supported the analysis of the problem, there is a daily communication and exchange relationship between the areas near the city, especially the Pará Islands, which in turn, streamlines the commercialization of products and merchandise, thus indicating its importance in the local supply flows. The results of the research show an intense incorporation of habits and customs, assimilated both by the extractivist/riverine peasants who market their merchandise at the fair of the port/edge embedded by urban modernity and by the population of the city, which, through the fair, reproduces the relationship traditional and direct contact with the field from the acquisition of *in natura* products, such as fish, açaí and other products, thus preserving common commercial practices in past times.

Keywords: Modernization of agriculture. Lifestyle. Amazon.

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo e sua acumulação, a partir da Revolução Industrial, provocaram intensas alterações no mundo, gerando aglomerações urbanas e permitindo a hegemonia do urbano sobre o rural. Segundo Singer (1990), em uma sociedade em que todos participam direta ou indiretamente do mesmo modo de produção, pode-se produzir excedentes, porém, sem a divisão completa do trabalho (produtores e consumidores). Assim, no campo e na cidade, por mais que a modernização afirme sua separação, a realidade se mostra contrária.

Em Sposito (2000) observamos a divisão ecológica, entre rural e urbano, como fruto da divisão social do trabalho; da mesma maneira, houve discussões para definição do objeto de estudo da Geografia, da mesma forma que a complexidade na definição do que é urbano e do que é rural, campo e cidade, e de sua suposta separação. Na antiguidade, por exemplo, segundo Endlich (2006), a divisão do trabalho era facilmente identificada entre campo e cidade, tais como os muros cercando as cidades (castelos) apontavam tal divisão, porém, o desaparecimento físico preponderou (especialmente em pequenas e médias cidades).

Tal complexidade se traduz como um desafio para as ciências humanas e sociais. Neste sentido, o debate teórico não se esgota, pelo contrário, se torna cada vez mais rico de ideias e conceitos.

No Brasil, o IBGE (2010), baseado nas teorias de Von Thünen (1966) e seu “Estado Isolado”, compreende um urbano envolvido em anéis de produção agrícola com diferenças entre os espaços mais próximos como os mais rentáveis para agricultura, aos mais distantes como menos rentáveis até a anulação da renda, o que influenciou os primeiros geógrafos que ali atuaram, como Leo Waibel (1958) e Valverde (1964), levando a consideração de população urbana as pessoas e os domicílios localizados nas cidades, vilas (sedes distritais), ou mesmo, em áreas urbanas isoladas, e a população rural como aquela que habita fora dos limites urbanos, ou seja, fora do perímetro delimitado por lei municipal. Nessa condição, especialmente na década de 1970, o urbano cresceu exponencialmente comparado ao campo, que perde força de trabalho com a modernização da produção agrícola. A metodologia do IBGE, porém, é também contraditória, pois, como apontou Veiga (2003), entende que todo aglomerado humano, tais como pequenos distritos/vilas, e até pequenas cidades, com fracas funções terciárias e administrativas, como urbanas. Mesmo não concordando totalmente com Veiga, que enxerga um Brasil quase sem cidades, a base do instituto para definir rural e urbano é bastante controversa.

Neste contexto, a pesquisa analisa a relação campo-cidade em Macapá a partir da análise da feira popular da Rampa do Açaí, localizada no bairro Santa Inês. Ela está próxima à área central da cidade, sendo um lugar em que se comercializa produtos, como: açaí in natura, peixes, horticultura, animais vivos e outros. A feira é o espaço utilizado em Macapá para comércio e consumo de ribeirinhos provenientes das Ilhas do Pará (Marajó) e também do Amapá. Os objetivos da pesquisa foram: analisar a relação campo-cidade a partir da dinâmica econômica da feira popular Rampa do Açaí, assim como interpretar os diversos dilemas que envolvem esse tipo de atividade popular tradicional na região.

Para realizar esse trabalho interpretamos esse fenômeno pela recriação camponesa, com base em Oliveira (2016), pela análise marxista das lutas sociais (classes) via apropriação da mais valia. A partir das relações tradicionais encontradas nesse tipo de terciário popular, há um processo de materialização do modo de vida, como a produção de excedentes para venda, a metamorfose desses bens em dinheiro que reverte em outras mercadorias consumidas e não produzidas pelos ribeirinhos. Nessa dinâmica entendemos a essência da relação campo e cidade estabelecida. Enquanto procedimentos, realizamos a coleta de dados e informações por meio de questionários e entrevistas orais junto aos ribeirinhos que ali comercializam seus produtos, assim como outros trabalhadores, consumidores das mercadorias que se encontravam presentes, incorporando na pesquisa os problemas e dificuldades encontrados. Buscamos também informações nas secretarias municipais e estaduais de

mobilidade e infraestrutura, para demonstrar o papel do poder público em organizar e planejar (ou não) o espaço, decorrentes das diversas críticas que são apontadas.

Os resultados da pesquisa apontam o quanto a relação campo-cidade possui conteúdos que as interligam. Por meio do modo de vida ribeirinho-camponês os excedentes proporcionam a reprodução de vida e permitem aos mesmos se inserirem no mundo da mercadoria pelo consumo de produtos industrializados e serviços urbanos. De outro modo, a população urbana desse excedente se apropria, ao consumirem produtos frescos e normalmente mais baratos, como aqueles que fazem parte da dieta alimentar local (açai, peixe, frutas etc.). Entendemos a feira popular como uma forma de resistência que mantém uma tradição frente ao processo de modernização e fluidez do urbano.

2. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E RELAÇÃO CAMPO CIDADE

As transformações sociais no capitalismo e o avanço tecnológico têm provocado diversas metamorfoses na produção do espaço geográfico e alterado as relações políticas, econômicas e sociais. No Brasil, essas transformações ocorreram principalmente a partir das políticas implementadas na segunda metade do século XX.

Com as transformações ocorridas no Brasil posterior às políticas implementadas por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, aconteceu uma nítida transição nos cenários políticos e econômicos, passando de um país agrário-exportador para um país urbano-industrial. Dessa feita, a produção do espaço no Brasil passa a ser orientada por novas relações sociais, de modo que surgem necessidades de novas configurações espaciais para a reprodução das novas lógicas que estavam sendo introduzidas e num movimento dialético, também, as novas configurações espaciais passam a difundir as novas lógicas e a modificar as estruturas sociais. (SILVA, 2006, p. 65).

O pensamento geográfico precisou evoluir para acompanhar essas novas configurações espaciais que modificam as estruturas sociais, inclusive no que diz respeito ao rearranjo territorial que relaciona o urbano e o rural, ou o campo e a cidade. Portanto, ao passo que essas relações se transformam, surgem novos métodos para explicar as mudanças que ocorrem no tempo e no espaço, bem como novas ideias, teorias e conceitos que enriquecem o debate teórico acerca do tema, apontando para a ausência de uma teoria generalizante.

Em seus estudos sobre os temas, teorias, métodos e conceitos, utilizados pela geografia agrária brasileira entre os anos de 1930 a 2009, Alves (2012) sistematizou a evolução do pensamento geográfico para a interpretação dos principais fatos que marcaram o avanço do urbano sobre o rural. Para o autor, o campo entre 1930 a 1960 representava: maior parte da população; determinante sobre o ritmo da cidade por conta da economia agrícola agroexportadora; estudos dos gêneros de vida e habitat; meio natural/técnico dominante. Algumas cidades já eram grandes, como Rio de Janeiro e São Paulo; nesse período, estavam em um processo embrionário de crescimento e modernização via indústria voltada ao atendimento do consumo doméstico e expansão de serviços terciários ligados à agricultura, mas, em geral, as cidades se encontravam dispersas em pequenos aglomerados e algumas de caráter administrativo (capitais regionais), sendo o país, no geral, dependente de um setor primário pouco dinâmico.

Nota-se que, entre os anos de 1930 e 1960, o campo ainda era quem determinava os ritmos da cidade, pois a economia brasileira estava pautada na produção agrícola (especialmente o café) em grandes fazendas, com uma população maciçamente rural. Porém, esta estrutura espacial se transformaria a partir do processo de industrialização da economia brasileira, e da modernização da agricultura (GRAZIANO NETO, 1985).

Com o capital internacional via empresas transnacionais, produtoras de maquinários, implementos e insumos agrícolas, interessadas no mercado consumidor brasileiro, o rural foi

caracterizado como entrave ao desenvolvimento econômico, por não conseguir corresponder às demandas do setor urbano-industrial (TEIXEIRA, 2005). Com a industrialização o Estado implementou uma série de políticas governamentais voltadas ao aumento da produção e exportação agrícola para, assim, controlar a balança comercial do país e pagar a dívida externa. Estimulou a implantação de indústrias vinculadas ao setor agropecuário, criou os programas de crédito rural e reduziu as taxas de juros para a aquisição de maquinários. Iniciava-se, assim, o processo de industrialização no Brasil e, conseqüentemente, de modernização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

No entanto, esse processo na agricultura brasileira causou transformações irreversíveis, inclusive alterando a relação entre a cidade e o campo, pois a mecanização aumentou ainda mais a concentração fundiária, expropriando pequenos agricultores e expulsando do campo milhares de trabalhadores que, em busca de oportunidade de emprego e melhores condições de vida, passaram a se aglomerar nos grandes centros urbanos.

Não obstante, este processo engendra também a transferência da população do campo para a cidade. O campo modernizado gera mão de obra “ociosa”, sobretudo pela expropriação da terra e outros meios de produção. É preciso considerar ainda que a industrialização da agricultura, entendida “como o modo industrial de produzir”, se faz na lógica da “internacionalização da economia brasileira” e, portanto, no seio de um capitalismo mundializado. Assim, o “lôcus da concentração do capital e da força de trabalho” é a cidade das “grandes regiões industriais” (MARTINS; SOUZA, 2010, p. 42; OLIVEIRA, 1994, p. 32).

Entre as décadas de 1960 a 1980 a relação campo-cidade, a partir da concepção teórica, embebida no contexto da industrialização, aponta para: população dirigindo-se para a cidade (êxodo rural); modernização do campo; urbanização; criação de espaços suburbanos, periurbanos, franjas urbano-rurais; abastecimento da população urbana; mas, a cidade é o centro, segundo o conceito de Von Thünen¹ meio técnico dominante (ALVES, 2012, p. 13).

A transferência dessa massa de trabalhadores do campo para a cidade causou um inchaço populacional que, por sua vez, criou a necessidade de expansão da produção de alimentos. Dessa forma, a cidade que passou a concentrar o capital, as indústrias, a força de trabalho e a maior parte da população, passou também a determinar o ritmo do campo, pressionando-o a produzir mais e em menos tempo, fator este que também contribuiu com o processo de mecanização da agricultura e possibilitou a modernização da sociedade rural.

Neste contexto, a cidade se torna um centro importante da produção contemporânea. A partir do desenvolvimento das forças produtivas com novas técnicas, ocorre a interiorização da indústria e a modernização da sociedade rural, por exemplo. Como consequência dessas transformações mais gerais, os espaços são cada vez mais complexos em termos de seus conteúdos rurais e/ou urbanos. (NOBRE; LOMBA, 2013, p. 3).

A relação campo-cidade, pensada a partir dos estudos críticos dos anos 1980, vai propor uma análise da seguinte forma: população urbana dominante; ruralidade existente em espaços “urbanos”; cidades do agronegócio; urbanidades no rural; espaços contínuos – rururbanos; agricultura urbana; meio técnico científico informacional (ALVES, 2012, p. 15).

A partir de então, as conexões estabelecidas entre o campo e a cidade se tornam cada vez mais intensas, pois estes se entrelaçam envolvidos na lógica contraditória do capital, que constrói seu território em ambos, criando relações modernas, ao mesmo tempo em que recria e reforça relações não modernas, que se fazem presentes setenta anos após o início da modernização da agricultura e da urbanização.

No campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de

resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas. Vale, aqui, lembrar, no campo, a existência dos caçaras, dos quilombolas, das populações ribeirinhas, dos faxinalenses, dos ocupantes de fundos de pastos, das populações indígenas, dentre múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais que se conformam em territórios que negam o território do capital, marcado pela lógica da modernização no sentido da constituição de uma nova relação entre o campo e a cidade, no mundo da modernidade e do moderno. (SUZUKI, 2007, p. 93).

Porém, não se pode negar que tanto o campo quanto a cidade sofrem constantes transformações. O campo se moderniza não só para abastecer as cidades próximas, mas também para se manter na competitividade do mercado internacional e, dessa forma, assume funções capitalistas. Já a cidade se torna responsável pelo fornecimento de bens e serviços voltados à produção agrícola.

Atualmente, o que se percebe é a dificuldade de se definir espaços urbanos e/ou rurais, pois ambos se entrelaçam, criando uma complexidade espacial que ultrapassa as delimitações territoriais do campo ou da cidade, e traz inquietações relevantes: como analisar, portanto, o desenvolvimento técnico das cidades ao passo que mantêm formas pouco avançadas de atividades econômicas, como a dinâmica socioeconômica da feira popular Rampa do Açai, no bairro Santa Inês, em Macapá-AP?

3. A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA ATUALIDADE E A PRODUÇÃO DE EXCEDENTES

Sabe-se que as relações entre urbano e rural, ou entre o campo e a cidade, estão em constante metamorfose. Ora a cidade como lócus do desenvolvimento capitalista avança sobre o campo, pressupondo sua urbanização, ora o recria, permitindo que este resista, constituindo a dinâmica da relação entre esses espaços que se contradizem, ao mesmo tempo em que se complementam.

(...) o campo não está isolado da cidade, haja vista a circulação de pessoas, mercadorias, informações e ideias que as estradas, o comércio, a indústria, as redes de telecomunicação, dentre outras formas de conexão, permitem, assim, relações dialéticas entre campo e cidade. São relações que se complementam, que se interpenetram, que se ligam demonstrando as imbricações entre as relações do vivido, dos homens e mulheres e seu(s) espaço(s), portanto, dos próprios espaços produzidos: campo e cidade. (MONDARDO, 2006, p. 67).

Como fruto dessa relação, a sociedade rural pode ter acesso a uma série de produtos manufaturados que a mesma não é capaz de produzir, como: eletrodomésticos, eletroeletrônicos, roupas, calçados, alimentos industrializados e, até mesmo, suas ferramentas de trabalho. Nesse sentido, o campo se torna dependente da cidade, que se apresenta como a base material para a sua satisfação.

Segundo Lomba (2011, p. 133),

A cidade muitas vezes é a base material para a satisfação das necessidades do campo, como no comércio varejista e em estabelecimentos de prestação de serviços direcionados para atividades rurais (veterinárias, insumos, maquinários, associação de classes, bancos, prestação de serviços de planejamento agrícola, entre outros). Assim, mesmo com suas distinções, campo e cidade encontram-se em constantes diálogos e relações.

Mas, além desses produtos industrializados, a sociedade rural também adquire experiências urbanas, informações e novos costumes que, a partir de então, farão parte de seu cotidiano e implicarão em algumas transformações no seu modo de vida, estreitando ainda mais a relação campo-cidade (TEIXEIRA; LAGES, 1997).

Desse modo, mesmo vivendo no campo as pessoas podem ter acesso a informações do mundo, graças à eletrificação do campo, permitindo o uso de televisores e rádio. Nos lugares onde a distribuição via sistema público de energia não é presente, como grande parte das localidades ribeirinhas da Amazônia, consegue-se obter energia elétrica por geradores movidos a óleo diesel, adquiridos nas cidades vizinhas.

Em meados da década de 1990 ainda era comum os pescadores tecerem a mão suas próprias redes de pesca, os alimentos eram cozidos em panelas de barro no fogão a lenha, o açaí era amassado em alguidar² e o rádio a pilha era a única forma de acesso aos noticiários. Com a modernização tecnológica e a urbanização, as relações entre o campo e a cidade se transformaram, e alguns hábitos da cidade foram introduzidos no modo de vida rural dos ribeirinhos.

Observa-se que, atualmente, os pescadores passaram a comprar suas redes de pesca nos armazéns das cidades, o que lhes permite aproveitar melhor o seu tempo para desenvolver outras atividades; o fogão a gás já está presente em muitas das casas localizadas no campo, não eliminando, porém, o antigo sistema a lenha; o alguidar, onde se amassava o açaí, aos poucos vai sendo substituído pela bateadeira elétrica.

Nesse sentido, Endlich (2006, p. 19-20) afirma que “a vida rural levará a marca do urbanismo, à medida que sofre a influência das cidades através de contato e comunicação”. Portanto, observa-se que a intensificação da relação campo-cidade permite que os hábitos da cidade, como, por exemplo, a utilização de eletrodomésticos, esteja presente no cotidiano do campo, interferindo e transformando o modo de vida, não completamente, mas impondo um novo ritmo que advém da interdependência dessa relação (BAGLI, 2006).

No entanto, devemos ressaltar que algumas práticas rurais prevalecem, e, talvez, continuem prevalecendo. Mesmo com a intensificação da relação com a cidade, as comunidades rurais preservam seus valores, sua forma de organização social e seus costumes, que continuam intrínsecos e enraizados no modo de vida dessas comunidades, como nas expressões, as relações de compadrio, os festejos religiosos, e o hábito de jantar antes do anoitecer, são alguns exemplos.

[...] o rural e o urbano interagem, mas os sujeitos sociais pertencentes a cada universo cultural preservam seus valores e formas de organização social, não permitindo-nos recorrer à visão ainda defendida por muitos autores de que o sentido último da urbanização é difundir-se às localidades rurais e destruir as práticas de vivência que ainda permanecem entre os rurais. Apesar da influência da cidade e do modo de vida urbano, o rural possui uma especificidade e dinâmica própria, devendo, por isso ser pensado e definido a partir da perspectiva de que esse espaço desempenha uma função social de suma importância frente à cidade. (ARAÚJO *et al.*, 2008, p. 127).

Desse modo, como se trata de uma relação de interdependência, logo a cidade também depende do campo, principalmente no que diz respeito à aquisição de produtos agrícolas. No caso da Rampa do Açaí, nosso local de pesquisa, os gêneros agrícolas comercializados são oriundos de localidades ribeirinhas das ilhas do Pará, onde os pequenos produtores trabalham em regime familiar para manter a própria subsistência, e o restante de tudo que é produzido é comercializado para a obtenção de outros bens, caracterizando assim a economia de excedentes.

Assim, o produtor rural traz os seus produtos do campo, abastece a cidade e adquire outros produtos adquiridos com a venda de sua mercadoria, numa dinâmica que se repete constantemente, em que são realizadas não só as trocas de mercadorias, mas também as trocas de experiências cotidianas, de conhecimento, e de ideias tecidas no seio de uma relação que deve ser considerada em sua totalidade, sem deixar de analisar a importância do papel desempenhado por cada um desses espaços.

Para os produtores camponeses, segundo Oliveira (2007), a lógica que prevalece é a produção com fins à manutenção da própria família. Assim, uma parte do que produzem é destinada

ao consumo familiar e outra é trocada no mercado por dinheiro para suprir outras mercadorias não produzidas. Assim, campo e cidade se tornam interdependentes, se negam e, ao mesmo tempo, se recriam. O campo existe em função da cidade e vice-versa, numa relação na qual se busca no outro aquilo que não se tem. Portanto, nem mesmo com os desdobramentos do modo de produção capitalista se torna capaz de urbanizar o rural, mas, ao contrário, o insere em sua lógica dominante. Em Macapá a dinâmica dessa ligação entre o campo e a cidade pode ser percebida a partir da Rampa do Açaí, que possibilita a relação dos ribeirinhos com a cidade, mediada pelo mercado popular do local.

4. RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E O LUGAR: BAIRRO SANTA INÊS E RAMPA DO AÇAÍ

Antes de iniciarmos a análise sobre o objeto, de forma concisa, abordamos as formas urbanas na Amazônia para ajudar na compreensão do problema. Gonçalves (2001) introduziu o conceito “rio-várzea-floresta” para explicar a primeira etapa da ocupação regional, no qual os recursos hídricos influenciavam diretamente na escolha para a localização das primeiras cidades, no deslocamento/armazenamento das mercadorias. Esse conceito é tratado por Trindade Júnior (2015) por ordenamento territorial de caráter dendrítico, que foi característico do período de exploração extrativa como da borracha e drogas do sertão (primário-exportadora). Corrêa (1987), define esse processo de urbanização como predominante entre 1616 a 1850, pela importância de Belém em termos estratégico/militar, e logo se torna a metrópole regional, pelas pequenas cidades que se formam ao redor dos centros de produção e distribuição, pela escassez de núcleos urbanos intermediários e pela concentração da riqueza nas cidades.

De toda sorte, a expansão de novas atividades econômicas, a modernização dos sistemas de comunicação, como a expansão da exploração da borracha, minérios e produtos agrícolas impuseram novos padrões urbanos do final do século XIX e durante o XX, impondo cidades planejadas, *company town*, entre outras, agora com uma relação mais intensa no uso de ferrovias e rodovias para circulação e, secundarizando, em muitos casos, a importância dos rios. A cidade de Macapá foi criada em 1758 enquanto um fortificado militar para resguardar uma região de entrada da colônia portuguesa via rio Amazonas; passa a deter uma importância regional mais significativa quando a mesma é transformada em capital do Território Federal do Amapá em 1943, tornando-se logo um centro urbano intermediário e de importância regional (PORTO, 2014).

Macapá mantém uma relação intensa com o rio, especialmente por não ter ligação comercial terrestre com os outros estados do país, necessitando cruzar o rio Amazonas para receber ou enviar mercadorias. Do padrão de urbanização dendrítico que ainda se mantém fortalecido nas zonas ribeirinhas, Macapá se tornou referência em termos econômicos e de serviços para uma população presente nos arredores, especialmente cidades pequenas, como Afuá, Chaves e outras comunidades localizadas às margens do rio, no arquipélago do Marajó, Estado do Pará (LOMBA, NOBRE, 2013). É dentro desse contexto que analisaremos o caso do comércio popular e a relação campo-cidade identificada na rampa do Açaí, Bairro Santa Inês, em Macapá.

O Bairro Santa Inês foi criado pela Lei municipal nº 187/83 - PMM, no dia 17 de novembro de 1983, e está localizado a Oeste pelo barranco do Bairro do Trem, a Leste pela margem do Rio Amazonas e ao Sul pela Av. Camaru até a Av. 1º de maio. Segundo o IBGE, em 2010 possuía uma população de: 5 847 habitantes, sendo 2. 820 homens e 3.027 mulheres (Figura 1).

De acordo com o Plano Diretor criado pela prefeitura municipal em 1990, a cidade de Macapá ganhou uma nova expansão no sentido Sul da cidade, com o aparecimento do Bairro do Trem, parte do Bairro Beiril, e uma invasão na área do Igarapé do Elesbão (atual Santa Inês). O bairro era uma área rural na década de 1960, com sítios que produziam gado leiteiro.

Segundo os estudos de Botelho (2011), o Bairro Santa Inês antigamente era conhecido como “Igarapé do Elesbão” e “Praia da Vacaria”; foi habitado inicialmente por ribeirinhos vindos das ilhas do Pará (Marajó); produziram assim uma característica morfológica urbana especificamente simples. Com a especulação imobiliária decorrente da infraestrutura instalada para construção e expansão da

orla até o bairro Araxá, no final da década de 1990, paulatinamente os primeiros moradores foram sendo substituídos por aqueles de poder aquisitivo mais elevado; suas casas (de madeira com aparência de palafita) foram demolidas para construção de modernas residências, pequenos prédios residenciais e comerciais, com destaque a bares e restaurantes.

Figura 1 – Localização do Bairro Santa Inês



Fonte: SEMA (2011).

Com o crescimento do setor de serviços na orla da cidade o local recebeu atrativos econômicos que, em região próxima ao centro e banhada pelo Rio Amazonas, acarretou no aumento de restaurantes, hotéis, quiosques, elevando a pressão imobiliária, crescendo os preços de mercado, fato que não eliminou o contraste econômico, que é visível, principalmente nas invasões das áreas alagadas.

No processo de crescimento da cidade, Macapá passou por um período onde o rural e o urbano se confundiu, pois os costumes ribeirinhos não se desagregavam da sociedade, e conseqüentemente nem da economia e cultura do lugar, apesar de haver crescimento, desenvolvimento e as mudanças que acompanhavam todo esse

processo. Essa peculiaridade da sociedade influenciou na caracterização e configuração dos espaços no decorrer da orla e de seu entorno, que se modificaram com o transcorrer dos anos. (BOTELHO, 2011, p. 26).

Esses costumes ribeirinhos ficam mais evidentes quando analisados a partir da feira popular da Rampa do Açaí, pois, mesmo com o advento da modernidade, os modos de vida tradicional ainda permanecem no cotidiano local. Trata-se de um pequeno porto localizado no bairro Santa Inês, às margens do rio Amazonas, há mais de 40 anos, tendo sido utilizado em princípio para transporte de gado (Figura 2).

Para melhor compreender esse espaço foi necessária uma análise empírica sobre essas relações sociais, bem como um levantamento histórico da área de estudo. Entende-se que este local herda do passado os meios fluviais com uma intensa articulação da cidade, que, no contexto campo-cidade, o rural e o urbano se complementam.

Figura 2 – Cais do Santa Inês, antes e depois



Fonte: <http://fernando-canto.blogspot.com.br> – visitado dia 12.03.2018.

Com o processo de urbanização da orla de Macapá houve uma mudança na localização do porto que servia de entrada e saída da cidade, mudando-o para o Bairro do Elesbão, atual Santa Inês; assim foram criadas as duas rampas com o mesmo nome do bairro onde se localizam. A partir daí o objeto do estudo desta pesquisa, a Rampa do Açaí, ou Feirinha do Bairro Santa Inês, que é um porto formado por uma pequena rampa de concreto que vai da Rua Beira Rio até o Rio Amazonas, passa a receber diariamente trabalhadores, e que, por sua vez, é um local imprescindível para o transporte de mercadorias providas do interior da cidade e das ilhas vizinhas do Estado do Pará.

5. A RAMPA DO AÇAÍ E A RELAÇÃO COMAS ILHAS DO PARÁ NO CONTEXTO CAMPO - CIDADE

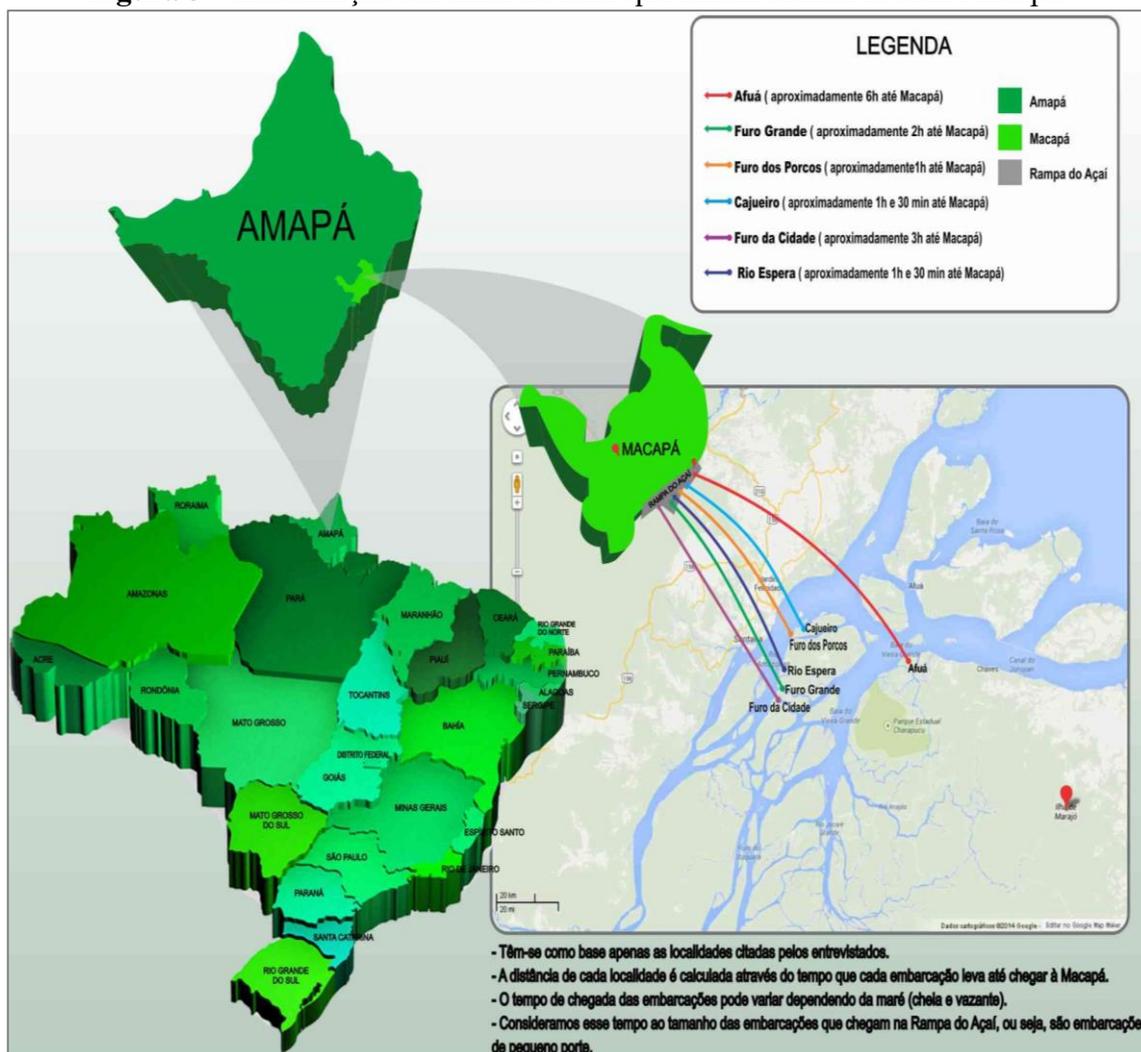
A Rampa do Açaí se localiza no Bairro Santa Inês, em Macapá-AP, às margens do rio Amazonas. Justamente por sua localização geográfica tornou-se um lugar de intensa movimentação de pessoas e mercadorias, um pequeno centro comercial ao ar livre, onde funciona a feira popular do Bairro Santa Inês, que aglomera pessoas, especialmente ribeirinhos de localidades vizinhas, caracterizando uma relação intensa e cotidiana entre a cidade e o campo.

O movimento na Rampa do Açaí começa ainda de madrugada, por volta das 04:00h, considerando o regime das marés, sendo somente possível atracar os barcos com a maré cheia. A vida dos ribeirinhos e seu tempo estão condicionados ao regime da natureza. A entrevistada, Sr^a Edileusa, por exemplo, é residente da localidade conhecida como Furo Grande; a mesma diz que sai de casa sempre por volta das 18:00h, porém, se a maré estiver baixa é necessário atracar do outro lado da cidade e aguardar até que a maré permita a aproximação.

Com relação à dinâmica do local, destacamos dois agentes principais: os ribeirinhos e os compradores de açaí; estes mantêm entre si uma relação de credibilidade que ultrapassa gerações. Geralmente os compradores de açaí encomendam o produto com antecedência, assim o ribeirinho já sabe o quanto precisará colher para atender a demanda. Porém, como o açaí é o produto mais procurado na Rampa, o ribeirinho pode trazer uma quantidade maior do que aquela que foi encomendada e, ainda assim, consegue vender todo o excedente.

É importante destacar que as redes de abastecimento na Rampa possuem conexões, principalmente com as ilhas do Pará (Figura 3), que, por sua vez dinamizam a comercialização de mercadorias e produtos regionais, tornando esse espaço repleto de variedades, inclusive combinando traços típicos, tanto do modo de vida rural como urbano. Portanto, pode-se acrescentar que a Rampa do Açaí não se resume simplesmente como um local de comércio, ou como uma área de embarque e desembarque de mercadorias, mas se caracteriza como um local de encontros, lazer, sociabilidade, trocas de informações, entre outros.

Figura 3 – Localização das Ilhas do Pará que fazem conexões com Macapá⁴



Fonte: <https://maps.google.com.br> com adaptações, visitado dia 12/02/2017.

Essa relação dos moradores das ilhas do Pará com a Rampa do Açaí já é antiga; muitos ribeirinhos afirmam que já trabalham no local há mais de 40 anos; a partir de então, observa-se que o tempo de convivência com a cidade fez com que os mesmos absorvessem produtos e até mesmo hábitos característicos das mesmas. Em visita a algumas comunidades das ilhas do Pará, verificou-se que hoje os moradores dispõem de televisores, antenas parabólicas e até mesmo aparelhos celulares, e que estes produtos, de certa forma, causaram transformações no seu cotidiano. Segundo relato dos próprios ribeirinhos, se antes, para falar com o vizinho mais próximo precisavam deslocar-se até lá de casco³, hoje o fazem sem sair de casa, apenas utilizando o celular.

Porém, ressalta-se que, apesar de algumas mudanças visíveis, os ribeirinhos ainda preservam práticas, costumes e valores que estão enraizados no seu modo de vida. Alguns ainda identificam as horas pela posição do sol, jantam antes do anoitecer, realizam o trabalho de forma familiar, as relações de compadrio se fazem presentes, as ladainhas são realizadas com frequência, e o plantio dos produtos da roça é feito de maneira artesanal. Vale ressaltar que os hábitos urbanos e rurais estão entrelaçados, numa complexa dinâmica que advém dessa relação entre o campo e a cidade, que ultrapassa os limites geográficos e/ou territoriais.

Nesse sentido, a Rampa do Açaí assume um papel importante para a compreensão da complexidade dessas relações, ao passo que a mesma se configura como uma espécie de portal, que interliga esses dois espaços distintos e, ao mesmo tempo, complementares, guardando práticas espaciais características do modo de vida urbano e também do modo de vida rural.

O mesmo local é frequentado tanto pelos cidadãos quanto pelos ribeirinhos, e representa funções e sentidos diferentes para um e para o outro. Os cidadãos vêm ao local para comprar os produtos ofertados (principalmente aqueles trazidos pelos ribeirinhos, como o peixe, o camarão e os produtos agrícolas), bem como oferecer produtos e serviços de transporte, para lavar os veículos, tomar banho de rio, caminhar, conversar no fim de tarde e tomar café da manhã. Para alguns, trata-se de uma fonte de renda complementar o comércio de alimentos, bebidas e outros serviços informais.

Já para os ribeirinhos, o local representa um sentido diferente, o da sobrevivência, pois é neste que os mesmos comercializam seus produtos e obtêm a renda que supre as demandas que não produzem (roupas, calçados, remédios e outros). Como mencionado, os produtos vêm principalmente das ilhas do Pará e são transportados através do rio, fator importante na vida dos ribeirinhos e na dinâmica da relação campo-cidade em Macapá.

Com base nessa observação tem-se, a seguir, alguns produtos comercializados e demais atividades realizadas na Rampa do Açaí (Figura 4).

A primeira imagem aponta o movimento da “Feira do Bairro Santa Inês” ao amanhecer, nos permite reconhecer sua importância na medida em que se observa uma quantidade razoável de pessoas comprando e vendendo seus produtos, muitos deles trazidos por ribeirinhos em embarcações vindas de ilhas próximas à capital, o que mostra uma relação intensa e cotidiana entre essas localidades e Macapá.

A seguir temos as imagens que simbolizam o açaí, principal produto comercializado na feira, assim como frutas e hortaliças. O açaí é transportado em balaios artesanais nas embarcações e comercializado especialmente com revendedores e beneficiadores de Macapá e região (normalmente existem acordos de compra e venda antecipados), sendo a principal fonte de renda. Os outros produtos, como chicória, graviola, maxixe e banana são típicos produtos da agricultura de excedentes de camponeses/ribeirinhos, fontes complementares de renda e vendidos no varejo.

O açaí possui estação alta e baixa produção, sendo que sua safra ocorre entre janeiro a agosto. Segundo vendedores entrevistados na Rampa, “é o período onde tudo que se colocar para vender, vende”, ou seja, através do comércio do Açaí, outras pessoas também têm a oportunidade de ampliar a renda através de outras comercializações, pois nesse período a feirinha do Bairro Santa Inês fica movimentada. A elevação do preço do produto possibilitou a aquisição de bens de uso úteis à vida e ao trabalho, por exemplo, o barco a motor, que facilita o escoamento da produção e deslocamentos dos ribeirinhos até áreas mais distantes.

Figura 4 – Comercialização de Produtos e Alimentos na Rampa do Açáí

Fonte: O autor - Trabalho de Campo (2017).

O Sr. Raimundo (ribeirinho), que trabalha há mais de 35 anos na Rampa do Açáí, reside numa localidade próxima a Macapá, chamada Furo dos Porcos. Ele afirma que, na entressafra do açaí, comercializa outros produtos, como, por exemplo, o camarão fresco e peixe para repassar ao atravessador⁵. Segundo ele: “o principal produto, que me proporcionou a comprar um barco a motor, uma casa no Furo dos Porcos e outra em Macapá, foi a venda do Açáí” (Entrevista no dia 07/09/2016).

Outro produto importante na economia ribeirinha é o pescado, sendo comercializado por pessoas que vivem exclusivamente deste, como por aqueles que trabalham com a venda na entressafra do açaí (Figura 5). A venda do peixe pode ocorrer de forma direta ou via atravessadores que compram o produto em escala e revendem no varejo.

Figura 5 – Comercialização de Peixes na Rampa do Açaí

Fonte: Autor - Trabalho de Campo (2017).

É o caso do Sr. Domingos, que trabalha na comercialização do peixe há mais de 40 anos (todos os dias) em uma “barraquinha improvisada de madeira” instalada em um ponto estratégico da Rampa do Açaí. Seu produto é oriundo de Santana-AP. Além do peixe, vende também camarão para complementar sua renda, porém o que garante mesmo a sua subsistência é o comércio do peixe. Segundo o Sr. Domingos, “(...) eu amo fazer esse trabalho – foi através dele que eu consegui comprar uma casa, sustentar meus filhos e pagar a faculdade pra minha filha” (Entrevista concedida no dia 07/09/16).

A relação com o lugar pode ser definida como vínculo emocional firmado com cenários físicos envolvendo sentimentos derivados da experiência espacial real ou esperada. Acredita-se que um dos motivos do apego desses trabalhadores à Rampa do Açaí é devido os mesmos associarem a realização das conquistas com o trabalho desenvolvido no lugar, pois com a renda adquirida com as vendas, além de manter as famílias, puderam realizar sonhos, como o de comprar a própria embarcação, ou custear os estudos dos filhos. Outro motivo são as relações sociais que foram construídas ao longo dos anos a partir do convívio estabelecido entre eles. Assim, mesmo com o investimento público e do mercado imobiliário que possibilitaram a especulação urbana, essa relação informal (e histórica) de trabalho permanece muito vívida na sociedade.

O comércio de açaí, produtos agrícolas e pescados gerou um fluxo de pessoas considerável no lugar. Isso permitiu que outras atividades informais também pudessem se fazer presentes, que vão desde o comércio de alimentos, bebidas, gêneros importados e até combustível para embarcações, ou seja, cria-se todo conjunto de relações que absorvem também uma população urbana pobre que veem ali uma fonte de sobrevivência ou de ganhos acessórios no complemento da renda familiar (Figura 6).

Figura 6 – Comércio de roupas novas e usadas e vendedor ambulante

Fonte: Autor - Trabalho de Campo (2017).

Em entrevista com um senhor conhecido como “Jota” (trabalhador na rampa), este afirma:

(...) “eu trabalho na rampa há mais de 20 anos transportando combustível para as embarcações, é mais viável para os donos dos barcos dependerem do nosso serviço - devido os postos de combustível ficarem longe da rampa. No meu caso é trabalho alternativo, que garante o do almoço, pois nos outros dias eu trabalho como vigilante”. (Entrevista concedida no dia 07/09/2016).

Muitos autônomos já trabalham na rampa há mais de uma década e escolheram se dedicar à atividade porque não tiveram oportunidade, ou porque trabalhar vendendo seus produtos é mais vantajoso financeiramente do que trabalhar por salário fixo. Além disso, consideram-se patrões de si mesmos, determinam seus próprios horários de trabalho e as metas a serem alcançadas.

6. ANÁLISE DE CAMPO: O CASO DA RAMPA DO AÇAÍ

As informações utilizadas neste trabalho são resultantes das pesquisas de campo desenvolvidas na Rampa do Açaí entre 2016 e 2017, em entrevistas abertas com trabalhadores envolvidos em diversas atividades e que se encontravam presentes na feira da rampa. Das entrevistas retiramos um panorama da reprodução social do lugar. Em termos de gênero, a maioria são homens (75% total de 40 entrevistados). Em termos de faixa etária, há uma distribuição de certa forma homogênea: 30% possuem entre 15 a 37 anos, 40% entre 40 a 47 e 30% com 48 a 68 anos.

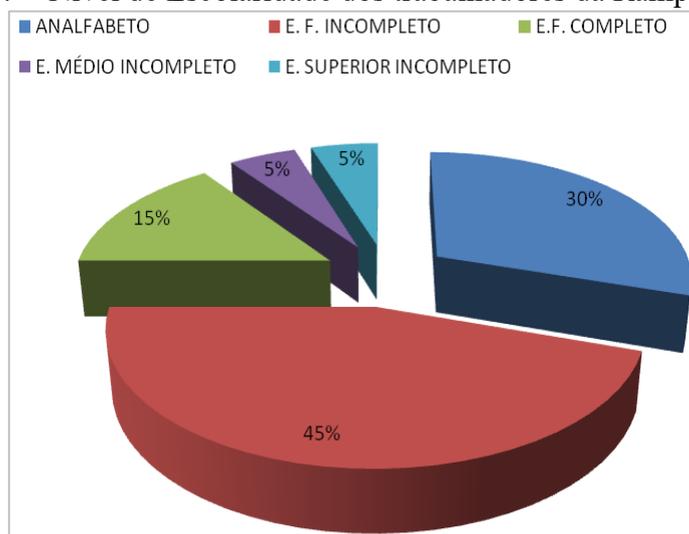
De forma geral, podemos admitir que são trabalhos que requerem esforços físicos, fator que dificulta a inserção maior de mulheres. Também é fato que o trabalho informal pode inserir trabalhadores com idades variadas, especialmente os mais velhos que, com baixa capacitação, não são absorvidos pelo mercado formal.

Sobre a origem dos entrevistados, 80% nasceram no Pará, dos quais 65% moram em localidades situadas em ilhas pertencentes ao complexo do Marajó. São camponeses que vêm a Macapá comercializar seus produtos, muitos dos quais fazem percursos superiores a 6 horas para chegar à Rampa do Açaí. Segundo a pesquisa, apenas 20% dos entrevistados nasceram no Estado do Amapá, destes, 35% moram em Macapá, especialmente os que trabalham no mercado informal não agrícola. Em termos de escolaridade dos entrevistados, temos o resultado apresentado na figura 7.

Avaliando o gráfico, observa-se o nível de escolaridade dos trabalhadores da Rampa do Açaí: em sua maioria possui o Ensino Fundamental incompleto (45%), analfabeto (30%), Ensino Fundamental completo (15%) e Ensino Médio incompleto (5%), ou seja, com baixa formação escolar. Quase todos não tiveram oportunidade de frequentar a escola ou continuar os estudos, seja por não

existir oferta em muitas áreas rurais ou pela necessidade de inserção no mundo do trabalho desde muito jovens, para ajudar a compor o orçamento familiar. O trabalho informal e as atividades rurais se tornam as principais formas de absorção de trabalhadores pouco qualificados. Dentre os entrevistados também constam trabalhadores com o Ensino Superior incompleto, como o caso de Miquéias, 24 anos, vendedor e carregador de açaí, que, com o trabalho que exerce na rampa, consegue custear o pagamento das mensalidades na faculdade em que estuda.

Figura 7 – Nível de Escolaridade dos trabalhadores da Rampa do Açaí



Fonte: Autor – Trabalho de Campo (2017).

Foram entrevistados 40 trabalhadores na Rampa do Açaí, compostos por camponeses ribeirinhos e autônomos. O açaí é o produto mais vendido, com 29%, seguido de camarão, 19%, peixe, 14%, e produtos agrícolas, com 12%. As atividades que envolvem a pesca do peixe e do camarão se desenvolvem na mesma época da safra do açaí, não descartando os períodos de entressafra, pois é através dessas atividades que os ribeirinhos tiram o sustento da família. A atividade agrícola se concentra no período de entressafra, embora algumas se desenvolvam também na safra. Outra atividade comum na Rampa do Açaí é a comercialização de lanche (10%) e a venda de produtos importados (7%). É comum deparar-se com várias pessoas praticando estas atividades – devido à grande concentração de pessoas que vão à busca dos produtos que são comercializados na Rampa.

Nas atividades, em sua grande maioria, utilizam-se do trabalho familiar, sendo comum que uma mesma pessoa comercialize vários produtos simultaneamente. Quando perguntados quantas pessoas da família participam da atividade informal de produção e comercialização, 20% responderam que 2 pessoas da família; 30% responderam 3 pessoas; 15%, 5 pessoas; 5%, 4 pessoas; e 30%, nenhuma. Dentre as fases da produção em que essas pessoas participam nas atividades destacam-se: no plantio 23%, na colheita 24%, na pesca 18% e na venda 35%; estão em sua grande maioria os filhos com 40%, os genros com 25%, esposa com 20%, irmão com 10% e cunhado com 5% dos entrevistados.

Ao traçar o perfil dos trabalhadores da Rampa do Açaí, constatou-se que a grande maioria já trabalha há mais de 15 anos neste espaço; nota-se que os mesmos já criaram uma identidade forte com o lugar, apesar das dificuldades enfrentadas; ainda assim, 80% dos entrevistados responderam que vendem seus produtos só na Rampa do Açaí, enquanto 20% disseram que, além da Rampa, vendem também na residência, feira do produtor, canal das pedrinhas e na própria localidade. Grande parte dos entrevistados trabalha de 6 a 15 anos na Rampa, o que equivale a 30%, outros trabalham de 16 a 25 anos (20%), outros de 26 a 45 anos (20%) e outros numa média de 2 a 5 anos, o que totaliza 25%.

Em termos de renda, tivemos o seguinte resultado: 10% ganham menos de 1 salário mínimo, 50% entre 1 a 2 salários, 25% entre 2 e 3 salários, e 15% afirmaram ter renda acima de 15 salários. A maioria dos entrevistados, portanto, tem renda inferior a 2 salários, o que lhes permite ter uma vida modesta, sendo que, para os agricultores, o dinheiro ganho com a venda dos produtos representa uma parte (em maior ou menor escala) do necessário para reprodução social, tendo em vista que parte de sua dieta alimentar provém do que produzem, pescam ou caçam. Ao serem perguntados por que se dedicaram a essa atividade, 55% responderam que é a única fonte de renda da família, 40% responderam que não tiveram oportunidade por não possuir estudo e 5% responderam por outros motivos.

Outro ponto a ser destacado é que a totalidade dos entrevistados disse que gostam de trabalhar na Rampa do Açaí. Quando perguntados sobre o porquê, grande parte respondeu que é o local mais próximo da localidade em que mora, outros responderam “por que é fácil de vender”, outros, por que o dinheiro é certo, ou simplesmente por que conhece todo mundo. Além disso, 55% se mostraram satisfeitos e 45% muito satisfeitos por trabalharem na Rampa do Açaí, fato que demonstra que o apego ao lugar é muito forte entre os trabalhadores.

Com a grande maioria das atividades informais, o caso da Rampa do Açaí apresenta inúmeros problemas em termos de organização, planejamento e infraestrutura, com destaque para o manuseio de alimentos e formas de higiene. Os comerciantes se utilizam de pequenas barracas, carrinhos ou, simplesmente, de lonas plásticas improvisadas para expor seus produtos, não havendo mínima estrutura ou preocupação do setor público, deixando os trabalhadores desprotegidos da chuva e do sol, comerciando ao ar livre. Os ribeirinhos, por sua vez, encontram dificuldades em ancorar suas embarcações na rampa porque não há um porto adequado para o embarque e desembarque de mercadorias, assim como precárias condições de higiene.

Outro problema grave, encontrado na Rampa do Açaí, é a compra e armazenamento de combustível, pois o transporte até as pequenas embarcações é realizado de forma precária e sem qualquer procedimento de segurança. Já houve ocorrências de acidentes graves em Macapá, devido ao armazenamento inadequado de combustível, um no Canal das Pedrinhas, com a explosão de um barco, com 4 feridos, e outro no Perpétuo Socorro, com a explosão de sete barcos, com cinco vítimas, sendo duas fatais.

Através do levantamento realizado junto aos órgãos públicos foi possível ter conhecimento de alguns projetos que já foram realizados na orla, tais como: a abertura da Rua Beira Rio para o Araxá, o Complexo do Araxá, a revitalização da Fortaleza de São José de Macapá, a criação do Parque do Forte, a revitalização do calçadão da Rua Beira Rio, a intervenção urbanística no Bairro Santa Inês, e os projetos que estão sendo realizados e os que virão a se realizar, como a urbanização das rampas do Bairro Santa Inês.

Porém, o projeto de urbanização das rampas do Bairro Santa Inês revela um fato curioso. O local em estudo, conhecido como Rampa do Açaí, e que também está localizado no Bairro Santa Inês, não consta no projeto como local a ser revitalizado, estruturado ou urbanizado.

Portanto, verifica-se certo descaso do poder público em relação aos problemas enfrentados pelos trabalhadores informais da Rampa do Açaí. Problemas esses que poderiam ser minimizados, pelo menos, com projetos simples: a construção de uma cobertura ou, até mesmo, de pequenos quiosques para abrigar os trabalhadores e seus produtos da chuva e do sol, evitando assim perdas; a construção de banheiros públicos; reestruturação do porto, adequando-o para embarque e desembarque de mercadorias, e a construção de um muro de arrimo que amenizasse os impactos das ondas do rio Amazonas sobre as pequenas embarcações, evitando que as mesmas sejam danificadas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa nos permitiu constatar que a cidade e o campo se relacionam de maneira interligada, onde ambos, ao mesmo tempo em que recebem também exercem influência,

inclusive modificando o modo de vida, causando transformações visíveis, numa dinâmica cotidiana que ultrapassa os limites territoriais e permite que o urbano esteja presente no campo, assim como o rural na cidade.

Portanto, campo e cidade são espaços complementares e interdependentes, mas que possuem características particulares. Dessa forma, acredita-se que a intensificação da relação campo-cidade não presume o desaparecimento deste ou daquele, pois a dinâmica socioeconômica e cultural existente entre esses dois espaços possibilita a recriação de ambos. Mesmo que o capitalismo avance sobre o campo, modificando o modo de vida, jamais conseguirá urbanizá-lo por completo, decorrente da sua própria contraditoriedade e mediações não capitalistas, como a cultura e o modo de vida.

A Rampa do Açaí é um local que possibilita o contato econômico, social e cultural entre a cidade e o campo, mediado pela dinâmica do mercado popular que ali se desenvolve há mais de quarenta anos, no qual é nítida a presença de uma cultura ribeirinha que, mesmo num espaço urbano, preserva seus costumes, suas crenças e suas tradições, inclusive resistindo ao processo de modernização.

O rio, por sua vez, é um elemento de relevância nessa dinâmica produzida a partir das conexões entre o campo e a cidade, pois é através deste que se faz o deslocamento de pessoas e mercadorias das comunidades ribeirinhas até a cidade e vice-versa. Daí o seu significado simbólico, principalmente para os ribeirinhos que dependem deste para escoar a produção que mantém a sobrevivência de suas famílias.

Verificou-se que, apesar de sua localização privilegiada (às margens do rio Amazonas) e de uma intensa movimentação no local, o mesmo apresenta carências no que diz respeito à infraestrutura. Em visita aos órgãos responsáveis pelos serviços de urbanização, como a Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) e a Secretaria de Infraestrutura (SEINF), identificou-se a ausência de projetos voltados especificamente para o local em estudo.

Porém, como sabemos, a lógica do capitalismo é contraditória. Portanto, uma intervenção por parte do poder público, voltada à construção de uma infraestrutura adequada ao comércio, poderia interferir no funcionamento do mercado popular, no que diz respeito ao uso do local, que até então, é livre de impostos tanto aos vendedores ambulantes quanto aos ribeirinhos. Bem como a revitalização da orla de Macapá poderá causar a possibilidade de retirar os trabalhadores do local, visando a adaptação do mesmo ao restante da orla, o que poderia excluir o contraste existente (entre a feira popular do local e os pontos turísticos de suas mediações), assim como acarretaria mudanças na relação estabelecida entre os ribeirinhos e a cidade de Macapá.

Assim, fica ainda mais evidente a interdependência desses dois espaços, pois se verifica que a modificação do urbano pode interferir de forma drástica na lógica de reprodução da vida rural. Portanto, a análise da relação campo-cidade deve considerar que o rural está inserido na cidade, assim como o urbano se insere no campo, não se excluindo um ao outro, mas se complementando, criando e recriando no tempo e no espaço.

NOTAS

¹ Como dito anteriormente, Von Thünen foi influente nas discussões que envolveram o campo. Vivendo em uma Alemanha que transitava da passagem do feudalismo para o capitalismo, era proprietário de terras e estudioso das teorias liberais de Adam Smith na Economia Política e Thaer na Agricultura Científica, Thünen desenvolve o conceito de Estado Isolado, no qual a cidade é o centro e os arredores irão compor anéis de produção, das atividades mais perecíveis e lucrativas àquelas menos rentáveis e mais distantes, tais como a pecuária. Esse conceito foi bastante utilizado na Economia e especificamente na Geografia brasileira, no âmbito do IBGE, por Leo Waibel, Orlando Valverde, Pinchas Geiger, entre outros. Porém, o marxismo passou a colocar em xeque tal teoria, conceituando a tese de Thünen, como uma defesa de classe por parte do autor, a partir de sua visão harmônica e superficial do campo que negava, por exemplo, a luta de classes frente à propriedade

privada. Já a renda da terra era vista como parte natural da localização dos terrenos e não como apropriação privada da mais-valia social. (OLIVEIRA, 2016).

² Recipiente de barro em formato de bacia utilizado para amassar açaí.

³ Transporte fluvial de pequeno porte utilizado pelos ribeirinhos para se locomoverem as distâncias pequenas.

⁴ O mapa da Figura 03 é uma adaptação que recria a conexão existente entre as ilhas do Pará e Macapá. Nele tenta-se mostrar visualmente o trajeto diário dos ribeirinhos através dos rios até chegar ao ponto de destino, a Rampa do Açaí, onde o escoamento de mercadorias é realizado diariamente.

⁵ Pessoa responsável para revender os produtos trazidos pelos ribeirinhos das Ilhas vizinhas a Macapá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. D. A relação campo-cidade na geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 3, p. 7-18, 2012.

ARAÚJO, F. A. V. O. *et al.* Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 113-133, 2008.

BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. *In*: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81-110.

BOTELHO, L. P. **Evolução urbana da cidade de Macapá**: análise do perímetro da Fortaleza de São José de Macapá ao Araxá no período de 1950-2010. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Macapá – AP, 2011.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, 1987.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.

GONÇALVES. C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1996.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia - crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: Dados do Arquivo de Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: sinopse do censo demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

LOMBA, R. M. **Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó - MS**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, G. I.; SOUZA, A. F. G. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re) definições. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 37-51, 2010.

MONDARDO, M. L. A relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão - Paraná - Brasil. **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 65-86, 2006.

NOBRE JÚNIOR. B. B.; LOMBA, R. M. A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: o papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA). **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, [online], v. 18, p. 1-22, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8405>. Acesso em:

OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. Encontro Nacional de Geografia Agrária, XII, 1994, Águas de São Pedro (SP). UNESPE/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, **Anais...** 1994.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen**: contribuição para os estudos de Geografia Agrária. São Paulo: Iandê Editorial, 2016. 530 p.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira**: Reformas da condição fronteira amapaense (1943-2013), 2014. Relatório de estágio de pós-doutoramento, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau - SC, 2014.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Mapa do Bairro Santa Inês**, Divisão de Geoprocessamento e Centro Estadual de Usuários. Macapá: SEMA, 2011.

SILVA, W. R. Reflexões em torno do urbano no Brasil. *In*: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 54-65.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SUZUKI, J. C. Modernização, território e relação campo-cidade – Uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária**, USP, São Paulo, n. 6, 2007.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas – MS, v. 2, n. 2, ano 2, setembro de 2005.

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: ideias para discussão. **Revista Geografia**, São Paulo, v. 14, p. 9-33, 1997.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, v. 12, n. 21, 2015.

VALVERDE, O. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: CBPE-INEP, 1964. Série VI – Sociedade e Educação – Vol. 6.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VON THÜNEN, J. H. **Von Thünen's Isolated State: an English Edition of "Der Isolierte Staat"** – editado por Hall, P. com tradução de Wartenberg, C.M. Londres, GB: Pergnon Press, 1966.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

Data de submissão: 07.07.2018

Data de aceite: 10.06.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.